

Sob risco constante



MEDO DAS ÁGUAS

EFEITOS DA CHUVA EM RAPOSOS, MUNICÍPIO DA GRANDE BH: QUANDO O RIO DAS VELHAS TRANSBORDA, O RASTRO DE PREJUÍZO É ENORME

inundações, enxurradas e/ou deslizamentos. Até por ter mais municípios, Minas é o estado com mais prefeituras listadas (283), à frente de Santa Catarina (207), São Paulo (172), Rio Grande do Sul (142) e Bahia (137).

O governo federal também compila o número de habitantes em risco. Nesse recorte, Minas está em terceiro lugar com 1,4 milhão de pessoas, sendo superada por Bahia (1,46 milhão) e São Paulo (1,55 milhão). No entanto, esse número precisa ser visto com cautela, já que a base de dados da União apresenta várias prefeituras sem registro exato de cidadãos vulneráveis.

Em Minas, 120 cidades registradas não apresentam a informação da população em risco, o que totaliza 42% do levantamento total de prefeituras. Por outro lado, entre aquelas que a Casa Civil tem o detalhamento, a maior concentração de pessoas ameaçadas está em Belo Horizonte, onde 389 mil correm os riscos de deslizamento, enxurrada e inundação. Depois, aparecem Ribeirão das Neves (cerca de 180 mil), Juiz de Fora (aproximadamente 130 mil) e Ibitiré (quase 50 mil).

ESPECIALISTA ANALISA OS DADOS

Quando fez o primeiro levantamento para mapear as cidades em risco de desastre ambiental, há mais de 10 anos, a Casa Civil considerou dados históricos desse tipo de evento, como o dano de pessoas desalojadas/desabrigadas, a recorrência de catástrofes, as mortes e o total de domicílios atingidos. A alta no número de municípios na pesquisa deste ano não é por acaso. O governo ampliou o seu leque e integrou novas bases de informações de diferentes órgãos, ligados aos ministérios da Integração e do Desenvolvimento Regional; das Cidades; da Ciência, Tecnologia e Inovação; de Minas e Energia; e do Meio Ambiente e Mudança do Clima.

Para o geógrafo Alecir Moreira, doutor e professor da PUC Minas, o aumento no número de cidades não tem relação direta com as mudanças climáticas. Mas, para ele, a ampliação da base de dados por parte do governo é um passo importante para o monitoramento desses desastres, que é motivado pela intensificação das discussões acerca dos impactos do aquecimento global. "O mundo inteiro quer compreender como surgem esses desastres, porque isso impacta diretamente na economia, nas pessoas e no patrimônio. A ciência tem se debruçado para entender essas catástrofes. Isso faz com que a gente procure aperfeiçoar os métodos para traduzir melhor a realidade", diz.

O fato de o documento servir como balizador das políticas públicas do Novo PAC é um indicio do que explica o professor. "Isso dá um pouco a tônica do que estou dizendo. O objetivo com essa mudança dos critérios é proteger o investimento público. Correr menos riscos com esse capital. Um dos grandes problemas que temos no país é a habitação. Os desastres acontecem em locais onde vive a população mais vulnerável. Então, os governos que têm uma preocupação social maior são exigidos a dar uma resposta para isso", afirma o especialista da PUC Minas.

UM TERÇO DE MINAS ESTÁ SOB A AMEAÇA DE DESASTRES

Informações do governo federal segmentadas pelo Núcleo de Dados do EM mostram que 283 cidades mineiras correm risco de enxurrada, inundação e/ou deslizamento a cada período chuvoso

GABRIEL RONAN E SÍLVIA PIRES

Uma em cada três cidades de Minas Gerais corre risco crítico por ocorrência de desastres naturais, conforme números da Secretaria Especial de Articulação e Monitoramento da Casa Civil da Presidência da República, segmentados pelo Núcleo de Dados do EM. No total, são 283 municípios mineiros nessa situação, um total que subiu 185% desde o levantamento anterior, feito em 2012 pelo mesmo órgão. À época, o estado tinha 99 prefeituras nesse quadro, mas uma mudança de metodologia do órgão, justamente para melhorar a resposta a catástrofes do tipo, fez o número de prefeituras disparar.

A lista tem o objetivo de facilitar o direcionamento de políticas públicas por parte do governo federal, sobretudo no âmbito do Pro-

grama de Aceleração do Crescimento (PAC) – a União pretende investir R\$ 1,7 trilhão em diversas obras pelo país até 2026 a partir do Novo PAC, lançado em agosto do ano passado (leia mais na página ao lado). São 184 cidades mineiras em risco crítico de desastre natural incluídas no levantamento mais recente, que se somam às 99 que já o integram. A Casa Civil considera três tipos de tragédias: deslizamentos, enxurradas e inundações.

Considerando os três recortes, há casos de prefeituras mineiras que registram todos os parâmetros em situação crítica, como os casos de Belo Horizonte, Contagem, Juiz de Fora, Montes Claros, Betim e Ribeirão das Neves, só para citar municípios com mais de 300 mil habitantes. Na realidade, a União enquadrada a maior parte das cidades mineiras incluídas no levantamento nessa dura realidade: 159 das 283, ou 56% daquelas listadas, convivem com esse cenário de insegurança em diferentes frentes a cada período chuvoso.

Na última temporada de cheias, iniciada em outubro do ano passado e finalizada em março, o Gabinete Militar do Governador, onde está lotada a Coordenadoria Estadual de Defesa Civil, emitiu 96 decretos de situação de anormalidade por desastres relacionados às chuvas em Minas. Outros nove reconhecimentos do tipo aconteceram na primeira quinzena de abril, após o período de pluviosidade oficial, mas ainda provocados pela combinação entre as precipitações de alta intensidade e a falta de infraestrutura das cidades.

No total, o estado teve 105 cidades com decreto de situação de anormalidade por conta das chuvas. Dessas, 56 (53%) também integram o mapeamento feito pelo governo federal acerca dos municípios em estado crítico por ocorrência de desastres.

São 1.942 cidades em risco crítico no Brasil, de acordo com a nota técnica da Casa Civil do governo Lula (PT). Portanto, 34,8% das 5.570 prefeituras brasileiras vivem sob ameaça de

MINAS EM ESTADO CRÍTICO PARA DESASTRES AMBIENTAIS



- QUAIS OS CRITÉRIOS USADOS PELO GOVERNO NO LEVANTAMENTO?
- Risco de inundação por transbordamento de rios, lagoas e açudes.
- Risco de deslizamento de terra em áreas de encostas.
- Risco de queda de pedras e blocos de rochas em áreas de morro e montanhas.
- Risco de queda de árvores em áreas de mata e parques.
- Risco de queda de estruturas em áreas de habitação precária.
- Risco de queda de estruturas em áreas de infraestrutura precária.
- Risco de queda de estruturas em áreas de infraestrutura precária.
- Risco de queda de estruturas em áreas de infraestrutura precária.

"FAZEU LEVANDO TUDO"

Em uma das áreas de risco, a moradora de Raposo, Marcia Lages Soares de Barros, de 57 anos, já foi vítima de desastres duas vezes na vida. Ela cobra medidas do poder público.



MORADIRA DE RAPOSOS, MARCIA LAGES SOARES DE BARROS, DE 57 ANOS, JÁ FOI VÍTIMA DE DESASTRES DUAS VEZES NA VIDA. ELA COBRA MEDIDAS DO PODER PÚBLICO

NOVO PAC EM MINAS

O Novo PAC é o primeiro plano governamental brasileiro voltado para a população mais vulnerável. Isso é um governo que tem uma preocupação social maior são exigidos a dar uma resposta para isso.

"Um dos grandes problemas que temos no país é a habitação. Os desastres acontecem em locais onde vive a população mais vulnerável. Então, os governos que têm uma preocupação social maior são exigidos a dar uma resposta para isso"

Alecir Moreira, Geógrafo, doutor e professor da PUC Minas

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal Estado de Minas - Belo Horizonte/MG

Seção: Gerais **Página:** 36 e 37